

## Turquia, o candidato adiado

O início do processo de adesão da Turquia remonta a Setembro de 1959, ano em que solicita à então Comunidade Europeia o estatuto de membro associado. Em 1963 é finalmente celebrado o Acordo de Associação de Ancara, que previa o estabelecimento progressivo de uma União Aduaneira – concretizada somente em 1996 –, a livre circulação dos trabalhadores e a possibilidade de a Turquia aderir à UE. Apesar da elegibilidade da Turquia, enquanto tal, nunca ter sido posta em causa, na Agenda 2000, apresentada em Julho de 1997, a Comissão recomenda a abertura de negociações com apenas seis dos candidatos, excluindo o país. O Conselho Europeu de Luxemburgo de 12 e 13 de Dezembro de 1997 decide o início do processo de alargamento, convidando ao mesmo tempo a Comissão a elaborar uma Estratégia Europeia para a Turquia, que fosse além do âmbito da União Aduaneira. Em 4 de Março de 1998, a Comissão adopta a Comunicação “Estratégia Europeia para a Turquia”, que contém como principais elementos a necessidade de aproximação das legislações e da adopção do acervo comunitário, bem como as primeiras propostas operacionais relativas a esta estratégia. Nos sucessivos relatórios apresentados pela Comissão Europeia sobre os progressos efectuados pela Turquia na preparação para a adesão constata-se défices significativos no sistema político, em particular no que respeita ao papel dos militares na vida política, à independência do poder judiciário e ao problema das minorias. Ao longo deste período, também o Parlamento Europeu insiste para que a Turquia respeite os direitos do Homem e promova práticas democráticas, apelando à participação da sociedade civil neste processo. Finalmente, e após constatar alguma evolu-

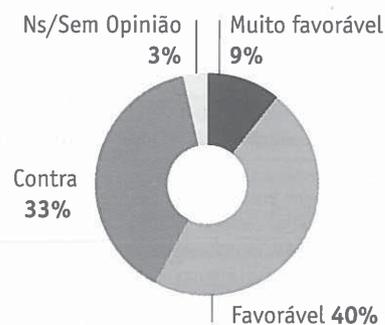
ção na situação interna da Turquia, o Conselho Europeu de Helsínquia, em Dezembro de 1999, concede à Turquia o estatuto de país candidato. No entanto, nenhum calendário é fixado para o início das negociações. Em Dezembro de 2000 foi acordada uma estratégia de pré-adesão para a Turquia, destinada a apoiar as suas reformas, nomeadamente no sentido do cumprimento dos critérios políticos de adesão. No contexto da Parceria para a Adesão, adoptada em Março de 2001, o país aprofundou o seu conhecimento do acervo e o Governo iniciou um processo intensivo de preparação de nova legislação. A decisão de Helsínquia incentivou a Turquia a introduzir uma série de reformas fundamentais: em Outubro de 2001 o Parlamento turco aprova alterações à Constituição no sentido do reforço dos direitos humanos e das liberdades individuais, com o objectivo de cumprir os critérios políticos de Copenhaga. Em Novembro de 2001 é aprovado um novo Código Civil. Estas reformas foram postas em prática já durante este ano, tendo culminado com o reconhecimento dos direitos da minoria curda e com a abolição da pena de morte, em Agosto. A adopção destas reformas é um sinal importante de determinação dos líderes políticos turcos em aproximar-se dos valores e regras pelos quais se rege a União Europeia – o novo governo, aliás, afirmou que a aproximação da Turquia à União Europeia e a resolução da questão cipriota constituem as suas principais prioridades. No entanto, e apesar das pressões do Governo turco para obter um calendário para o início das negociações de adesão, Bruxelas optou mais uma vez, no seu relatório de Outubro, por não propor a Ancara a fixação de qualquer data deixando, assim, a Turquia fora do próximo alargamento.

### Deve a Turquia aderir à União?

Na Conferência Internacional de Lisboa, organizada pelo IEEI a 11 e 12 de Novembro de 2002 e que reuniu um público interessado nas questões de política internacional, inquiriu-se a opinião dos participantes sobre a adesão da Turquia à União. Tendo em conta o seu valor relativo, note-se que os resultados do inquérito contrariam a tendência europeia, desfavorável à entrada da Turquia. Se a maioria dos inquiridos se mostra favorável à adesão da Turquia à União Europeia, é igualmente significativo o número de opiniões contrárias. A preocupação com o respeito pelos valores democráticos está no topo das prioridades dos inquiridos, vendo a adesão como um factor de consolidação da democracia e desenvolvimento. Os graves défices democráticos traduzidos na falta de separação de poderes e no desrespeito pelos direitos humanos e pelas minorias são algumas das razões invocadas pelos opositores da entrada deste país na União Europeia. Outra das preocupações fundamentais é o aprofundamento das relações com os novos Estados membros. Outro ponto que provoca reacções contraditórias é a religião. Enquanto que a promoção da diversidade cultural e religiosa na Europa e o estabelecimento de relações mais estreitas entre os países europeus e os países maioritariamente muçulmanos são duas das principais razões que levam à aceitação

#### É a favor da futura adesão da Turquia à União Europeia?

Inquérito realizado a 11 e 12 de Novembro de 2002 aos inscritos na Conferência Internacional de Lisboa; Total de respostas: 85.



da Turquia na UE, o receio em incluir um país muçulmano na União é um dos factores preponderantes na decisão de recusa daquele país. Esta recusa está, aliás, intimamente ligada à visão, partilhada por alguns, de uma Europa e de uma União que assentam exclusivamente em padrões culturais e religiosos ocidentais, de raiz judaico-cristã. Por outro lado, muitos dos defensores da pertença da Turquia à União Europeia fundamentam-se na sua vocação internacionalista, multicultural e solidária, factor de apaziguamento dos conflitos civilizacionais e de aproximação de culturas.

Noémia Pizarro, IEEI